



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2012
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS
------------------------	---

PERÍODO CORREICIONADO:	01/04/2011 a 31/03/2012
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	Desembargador Júlio César Cardoso de Brito
-------------	--

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Cristina Camelo Leão	Assistente
Marcos dos Santos Antunes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.602
2	Processos remanescentes do período anterior	193
3	Processos resolvidos	1.556
4	Produção	87%
5	Processos pendentes de julgamento	242
6	Execuções iniciadas	398
7	Processos recebidos na fase de execução	85
8	Execuções encerradas	262
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	487
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	22
11	Execuções no arquivo provisório	226
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	113
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	848
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	444
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	472
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	38
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	129
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	164
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	38
20	Número de processos recebidos no período anterior	1.410
21	Número de processos recebidos no período correicionado	1.602
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	14%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	674
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	848
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	26%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	FABÍOLA EVANGELISTA MARTINS
Juiz Auxiliar	WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA
Juiz Substituto	

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X	X	X	
Auxiliar fixo		X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	73
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	47
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	13
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	22

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	23
Ordinário	36

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	288
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	42
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	22
---	----

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	2
Ordinário	2

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar (se houver)	X	X
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	5
---	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	24
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	60

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	50%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	56%	

2.9 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade de sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
FABÍOLA EVANGELISTA MARTINS	04/11	60	25	0	0	2	0	0
	05/11	112	74	2	1	1	4	3
	06/11	146	42	1	2	2	2	0
	07/11	68	43	1	1	2	2	1
	08/11	80	22	1	0	2	1	0
	09/11	136	47	4	2	3	2	0
	10/11	106	33	2	3	6	0	1
	11/11	54	15	1	5	6	0	0
	12/11	57	22	2	4	0	0	0
	01/12	24	6	2	1	0	0	0
	02/12	106	37	2	6	6	0	0
	03/12	178	53	4	2	20	6	0
	TOTAIS	1127	419	2	2	50	17	5
JEOVANA CUNHA DE FARIA RODRIGUES	04/11	80	52	2	1	4	0	0
	05/11	1	0	0	0	0	0	0
	TOTAIS	81	52	1	1	4	0	0
WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA	07/11	64	18	0	0	2	1	0
	08/11	59	26	1	2	2	2	1
	09/11	7	6	0	2	1	1	0
	10/11	10	0	0	0	0	0	0
	11/11	90	25	2	2	1	1	0
	12/11	50	24	2	6	0	0	0
	01/12	65	51	1	2	4	0	1
	02/12	103	68	6	5	2	1	0
	03/12	39	20	3	3	1	1	0
	TOTAIS	487	238	2	2	13	7	2

2.10 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	14%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	12%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicinada, na fase de execução	60%

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
FABIO SANTOS GAMA	Diretor de Secretaria	Efetivo
TADEU MARTINS DA SILVA	Assist. Diretor de Secretaria FC 5	Cedido Municipal
ELBY ANDERSON ALVES DA SILVA		Efetivo
FRANCISCO CATARINO DE ALMEITA	Assistente de Juiz FC 5	Efetivo
GISELLE SILVESTRE FERREIRA RIOS	Assistente de Juiz FC 5	Efetivo
LUIZ FERNANDO JÚNIOR	Analista Jud. Oficial Justiça	Efetivo
LUCIANA DOS REIS PINHEIRO	Analista Jud. Oficial Justiça	Efetivo
NADEIDE DOMINGUES DIAS	Secretária de Audiências FC 3	Cedida Federal
PAULO FERNANDO NEPOMUCENO SOUTO MAIOR DOS SANTOS	Secretária de Audiências FC 3	Efetivo
SANDRA REGINA GOMES DE OLIVEIRA		Efetivo
SÍLVIA LARA MICHEL		Efetivo
THIAGO ALVES BITTENCOURT	Assistente - FC 2	Efetivo
JÉSSICA ELIZA P. BALLONECKER		Estagiária
ELENILDA ALVES LUSTOSA		Menor-aprendiz
SUIEID DA COSTA SILVA		Menor-aprendiz

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	14
Notebooks	1
Impressoras	5
Multifuncionais	3
Fax	1
Digitalizadora	2
Leitores óticos	5

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	7

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xicaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	Intimação do MPT da designação da audiência nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 339 do PGC)	X		
2	Remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, prevista no art. 132 do PGC	X		
3	Intimação do MPT das sentenças prolatadas e acordos homologados nas ações em que figuram como partes ou interveniente pessoa idosa ou menor (parágrafo único do art. 339 do PGC)		X	
4	Fotografia dos bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos na internet	X		
5	Eliminação de autos findos (indicar no campo observações, em caso afirmativo, quando foi feita a última eliminação e qual o período envolvido)	X		Em 2011 foi feita a eliminação dos processos de 2006
6	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido)	X		
7	Antes do arquivamento, a Secretaria revisa os autos com vistas à futura eliminação, verificando e certificando a ausência de pendências, como o bloqueio de valores ou de veículos, penhora, mandado de prisão, depósito judicial ou recursal, e bem assim outras ocorrências que impeçam a sua eliminação?	X		
8	No arquivamento de autos, existindo pendências, a Secretaria efetua o saneamento?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	Nos autos dos processos a serem arquivados definitivamente, a Secretaria desentranha e devolve os documentos referentes às partes antes da remessa dos autos ao arquivo?	X		
10	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
11	Em procedimento prévio ao arquivamento, a Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo?	X		
12	No arquivamento de autos, é indicado o prazo de guarda intermediária ou, se for o caso, a guarda permanente, sendo observada a tabela de temporalidade?	X		
13	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com que frequência: semanal, quinzenal e mensal)	X		Frequência semanal
14	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
15	Após a liquidação da sentença na qual se apura crédito superior ao depósito recursal, o Juízo ordena a sua imediata liberação em favor do credor? (Indicar no campo observações se a liberação é de ofício ou a requerimento da parte)	X		De ofício

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo expede certidão de crédito ao credor?		X	
17	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
18	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 186 do PGC?		X	Verificou-se que a Vara do Trabalho não insere nos editais de citação nas execuções fiscais a data de inscrição das CDAs
19	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
20	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 195 do PGC?	X		
21	Os registros de cargas dos processos ao Juiz e aos Advogados e Peritos são feitos em meio eletrônico, utilizando o módulo de cargas do SAJ, conforme art. 49 do PGC?	X		
22	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 164 e 171 do PGC		X	Em alguns processos analisados, verificou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho não procede ao lançamento no SAJ de todos os pagamentos e recolhimentos comprovados nos autos
23	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução?		X	Segundo informações da Secretaria da Vara, a reunião de execuções não é regra, porém ocorre em um caso ou outro, sempre a critério da Juíza Titular

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
NÃO HOUVE RECOMENDAÇÕES NA ATA ANTERIOR.			

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	A Vara do Trabalho utiliza o check list elaborado pela Secretaria da Coordenação Judiciária, no arquivamento de processos, certificando a inexistência de pendências, bem como classificando os respectivos documentos segundo as regras de gestão documental constantes da RA nº 81/2008, inclusive quanto ao período de guarda, segundo a tabela de temporalidade.
2	A Vara do Trabalho adota a sistemática de prolação de sentenças líquidas.
3	É utilizado o meio eletrônico para o envio de sentenças à SRTE, RFB e CEF.
4	Os juízes atuantes na Vara do Trabalho conferem às atas de acordo força de alvará perante os órgãos públicos para efeito de levantamento do FGTS e de parcelas do seguro-desemprego, em conformidade com o art. 85 do PGC.
5	A Vara do Trabalho cumpre o disposto nos arts. 81 e 86 do PGC, fazendo constar das atas de homologação de acordo orientações às partes acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP.
6	Não foram verificados no BIRÔ (Módulo de Acompanhamento de Processos Digitais) pendências ou processos fora do prazo que merecessem uma análise detalhada.
7	A Vara do Trabalho aplica a prescrição intercorrente na execução, inclusive nas trabalhistas, conforme o disposto no art. 40 e §§ da Lei nº 6.830/1980.
8	São utilizados sistematicamente os convênios BACENJUD, DETRANNET, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente de requerimento da parte.
9	A Secretaria da Vara do Trabalho utiliza nomenclatura incorreta do visualizador de processos na internet (despacho-documento em lugar de certidão), conforme verificado nos processos 26-45.2011, 1854-76.2011, 1296-07.2011, 214-38.2011 e 1114-21.2011, contrariando o disposto no art. 18, inciso V, alínea h, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
10	Os editais de citação na execução fiscal não contêm a indicação da data de inscrição das CDAs, em desconformidade com o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/1980 (processos: 1297-89.2011, 440-09.2012, 496-42.2012, 488-65.2012, 462-67.2012 e 545-83.2012).
11	Não intimadas as partes quando do recebimento do processo de execução fiscal da Justiça Comum, em desconformidade com o disposto no art. 187, II, do PGC (processos: 490-35.2012 e 545-83.2012).

Item	Constatações
12	Edital de intimação em execução fiscal sem indicação dos números das CDAs, em desacordo com o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980 (processo: 496-42.2012).
13	São utilizados, sistematicamente, na execução fiscal os convênios BACENJUD, DETRANNET, RENAJUD, INFOJUD e INCRA.
14	Não são lançados no SAJ, com regularidade, todos os valores pagos, levantados ou recolhidos, a título de custas, contribuição previdenciária ou crédito trabalhista, em desacordo com o disposto no art. 164 do PGC (processos: 1749-02.2011, 1744-77.2011, 1601-88.2011, 1158-40.2011 e 998-15.2011).
15	São utilizados, sistematicamente, na execução previdenciária os convênios BACENJUD, DETRANNET, RENAJUD, INFOJUD e INCRA.
16	A Vara do Trabalho utiliza, sistematicamente, independentemente de requerimento da parte, os convênios BACENJUD, DETRANNET, RENAJUD, INFOJUD e INCRA nas execuções trabalhistas.
17	O oficiais de justiça atuantes na Vara do Trabalho fotografam os bens penhorados e disponibilizam as respectivas fotografias no visualizador de processos na internet.
18	Por meio de despacho exarado nos autos do processo 700-23.2011, a Juíza Titular da Vara do Trabalho de Valparaíso de Goiás determinou que se enviem os ofícios eletrônicos a que se referem
19	A Vara do Trabalho cita os sócios na desconsideração da personalidade jurídica das empresas executadas, cumprindo o disposto no art. 162-A do PGC.
20	A Vara do Trabalho não intima o MPT dos acordos homologados e das sentenças proferidas nos processos em que figuram como partes pessoas idosas ou menores, em desacordo com o disposto no art. 339, parágrafo único, do PGC (processos: 30-48/2012, 145-69/2012, 204-57/2012, 1886-81.2011, 997-30.2011 e 1857-31.2011).
21	Os juízes atuantes na Vara do Trabalho exaram o despacho de admissibilidade em todos os processos contendo recursos, antes de sua remessa ao Tribunal, cuidando a Secretaria de certificar nos autos a existência de feriados, indicando o rito e o juiz prolator da sentença recorrida.
22	Os prazos apurados em processos por amostragem, no período correicionado, foram de 2 (dois) dias, para elaboração de despachos, 2 (dois) dias, para cumprimento pela Secretaria da Vara do Trabalho, e de 2 (dois) dias, para cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça.
23	O prazo médio para solução dos incidentes processuais, apurado em processos tomados por amostragem, foi de apenas 3 dias.